ANO V V. 122

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

13/06/2024 A 03/07/2024





APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade às normas estaduais e federais. Além disso, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, em busca do compartilhamento de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao Objetivo 16 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver pesquisa para analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.



Este informativo está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como forma de promover o acesso público à informação.

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES EFICAZES

INFORMATIVO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DA SEMAS

A equipe do NEL é composta pelos seguintes membros:
Carolina Medeiros Miralha - Coordenadora - Advogada;
Mayara Alexandra Oliveira da Cruz - Técnica em Gestão de Meio Ambiente/Letras;
Camila Oliveira Nascimento Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;
Daniela da Silva e Silva - Técnica em Gestão de Meio Ambiente/Pedagogia;
Abraão Lucio Feitosa Amaral - Estagiário de Direito;
Maria Luiza Vianna Ferreira - Estagiária de Direito; e
Jessica Lobato Campelo - Colaboradora.

PERIODICIDADE: QUINZENAL

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAS-PA.

Revisão: Carolina Miralha, Daniela Silva e Mayara Cruz.
Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS.
Fotos: Agência Pará.
Apoio: ASCOM/SEMAS; Biblioteca/SEMAS.

TERMOS DE USO

Este informativo pode ser compartilhado e citado, na íntegra ou em partes, desde que creditado apropriadamente.

CONTATO

E-mail: nel@citsemas.pa.gov.br
Site: www.semas.pa.gov.br
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

ÍNDICE

CARTA AO LEITOR 04

NORMAS FEDERAIS 07

NORMAS ESTADUAIS 10

NORMA EM DESTAQUE 13

INFORME LEGISLATIVO 15

FIQUE DE OLHO 16

ESTANTE VIRTUAL 18

SEMAS NA MÍDIA 19



ATUALIZADO EM 03/07/2024

NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAS - PA

CARTA AO LEITOR

Nesta edição 122º do LEGIS SEMAS, destaca-se, em âmbito federal, a publicação da **LEI Nº 14.904, DE 27 DE JUNHO DE 2024**, que estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima; altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências, a **LEI Nº 14.902, DE 27 DE JUNHO DE 2024**, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover); altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980; e revoga dispositivos da Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, e o **DECRETO Nº 12.063, DE 17 DE JUNHO DE 2024**, que institui o Programa Selo Verde Brasil.

No que se refere às publicações em âmbito estadual, ressalta-se a **LEI Nº 10.595, DE 20 DE JUNHO DE 2024**, que altera a Lei Estadual nº 10.165, de 20 de novembro de 2023, que cria a Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), altera a Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015, Lei nº 9.771, de 23 de dezembro de 2022, Lei Estadual nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015 e revoga a Lei Estadual nº 9.045, de 29 de abril de 2020, e dá outras providências, a **RESOLUÇÃO Nº 02, DE 14 DE JUNHO DE 2024**, que aprova o Regimento Interno da Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE) e a **PORTARIA Nº 1342 DE 18 DE JUNHO DE 2024**, que cria Grupo de Trabalho, com o objetivo de revisar o fluxo de análise do processo administrativo infracional, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

Na seção “Norma em Destaque”, apresenta-se a divulgação da **LEI Nº 10.588, DE 19 DE JUNHO DE 2024**, que dispõe sobre a destinação da matéria-prima florestal, proveniente da supressão de vegetação, em área de domínio público e privado sob jurisdição do Estado, autorizada pelo órgão ambiental competente, no âmbito do processo de licenciamento ambiental de obras de utilidade pública de infraestrutura e de mineração; altera a Lei Estadual nº 5.752, de 26 de julho de 1993; e revoga a Lei Estadual nº 6.958, de 3 de abril de 2007, e a **PORTARIA SEMAS Nº 1413, 24 DE JUNHO DE 2024**, que homologa o Acordo de Pesca firmado pelas comunidades da região de Arapixuna, localizadas no município de Santarém, no estado do Pará.

Outra ferramenta utilizada para fins de acesso à informação é o "Informe Legislativo" que, no período desta edição, comunicou a publicação de 3 normas ambientais editadas pelo NEL.

No "Fique de Olho", sugere-se o **1º SIMPOPEA - 1º SIMPÓSIO REGIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA** , que ocorrerá nos dias 05 e 06 de dezembro de 2024, no qual tem como objetivo discutir sobre como trabalhar a Educação Ambiental na formação de cidadãos sustentáveis, através da introjeção de novas competências, habilidades, hábitos, atitudes e comportamentos direcionados a preservação e a conservação do meio ambiente, e o **XII PRÊMIO SOF**, que busca promover a inovação em temas orçamentários, premiando os melhores trabalhos nas categorias "Artigos" e "Soluções em dados orçamentários".

Na “Estante Virtual”, recomenda-se a leitura da obra **MERCADO DE CARBONO E SUSTENTABILIDADE**, que discute a implementação de um mercado de carbono no Brasil, inspirado no mercado europeu (EU ETS), para reduzir emissões de gases, além de destacar os desafios na criação de um marco regulatório eficaz e seguro.

Na seção "SEMAS na Mídia", destaca-se a seguinte matéria: **CENTRO DE INOVAÇÃO EM BIOECONOMIA RECEBERÁ STARTUPS E NEGÓCIOS COMUNITÁRIOS DA AMAZÔNIA**, a qual informou que o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, José Mauro de Lima O’de Almeida, destacou avanços em projetos e políticas públicas, como o Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia, durante o Simpósio do 20º aniversário da Tanguro. O evento em Brasília reuniu pesquisadores, líderes políticos, investidores e empresários para debater ações ambientais e sociais transformadoras.

Por fim, vale lembrar que o mês de julho é marcado pela campanha **“Julho Amarelo”**, que se refere à luta contra as hepatites virais, e tem por finalidade reforçar as ações de vigilância, prevenção e controle da doença. A adoção da cor amarela está ligada a um dos sintomas característicos da hepatite – pele e os olhos amarelados. Além disso, julho foi escolhido porque no dia 28 celebra-se o Dia Mundial da Luta Contra Hepatites Virais, data criada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Confira mais informações na **Biblioteca Vitural em Saúde do Ministério da Saúde.**

Boa Leitura!

Equipe Nel





MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FONTE: HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.902, DE 27 DE JUNHO DE 2024. Institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover); altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980; e revoga dispositivos da Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018.

LEI Nº 14.904, DE 27 DE JUNHO DE 2024. Estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima; altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências.

DECRETO Nº 12.063, DE 17 DE JUNHO DE 2024. Institui o Programa Selo Verde Brasil.

DECRETO Nº 12.078, DE 25 DE JUNHO DE 2024. Institui o Programa Navegue Simples.

DECRETO Nº 12.081, DE 27 DE JUNHO DE 2024. Institui a Iniciativa Nacional de Projetos Tecnológicos de Alto Impacto.

RESOLUÇÃO MDA Nº 16, DE 10 DE JUNHO DE 2024. Dispõe sobre a homologação de territórios junto à Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, reconduzida a partir de 2024.

RESOLUÇÃO CREDEN Nº 1, DE 12 DE JUNHO DE 2024. Institui Grupos Técnicos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.

RESOLUÇÃO CCT Nº 1, DE 21 DE JUNHO DE 2024. Aprova proposta de Regimento Interno do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 14, DE 1º DE JULHO DE 2024. Estabelece procedimentos para elaboração, apresentação, execução e monitoramento de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Área Alterada (PRAD) pelo administrado com vistas ao cumprimento da legislação ambiental em todos os biomas e suas respectivas fitofisionomias.

PORTARIA MDR Nº 2.091, DE 12 DE JUNHO DE 2024. Reconhece a situação de emergência nas áreas de Óbidos/PA e Santa Luzia do Pará/PA.

PORTARIA Nº 2.147, DE 18 DE JUNHO DE 2024. Reconhecer a situação de emergência nas áreas de Castanhal/PA e São Miguel do Guamá/PA.

PORTARIA GM/MDIC Nº 192, DE 19 DE JUNHO DE 2024. Estabelece o Sistema Nacional de Economia de Impacto - SIMPACTO.

PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 141, DE 19 DE JUNHO DE 2024. Dispõe sobre a edição de atos normativos inferiores a decreto no âmbito da Advocacia-Geral da União.

PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 142, DE 19 DE JUNHO DE 2024. Dispõe, no âmbito da Advocacia-Geral da União, sobre os procedimentos para a elaboração, a análise ou o encaminhamento das propostas dos atos normativos que enumera.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA SEPLAN/MPO Nº 191, DE 21 DE JUNHO DE 2024. Aprova o Manual de Gestão do PPA 2024-2027 e os prazos e processos de monitoramento, avaliação e revisão do Plano.

PORTARIA SPA/MAPA Nº 270, DE 25 DE JUNHO DE 2024. Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do Feijão Caupi no estado do Pará, ano-safra 2024/2025.

PORTARIA MDA Nº 28, DE 27 DE JUNHO DE 2024. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão e manutenção do direito de uso do Selo Biocombustível Social.

PORTARIA INCRA Nº 543, DE 25 DE JUNHO DE 2024. Criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS João Canuto, localizado no município de Tucuruí, estado do Pará, sob gestão da Superintendência Regional do Sudeste do Pará - SR(PA/SE).

PORTARIA MT Nº 622, DE 28 DE JUNHO DE 2024. Estabelece diretrizes para alocação de recursos em contratos de concessão rodoviária visando ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e à transição energética.

PORTARIA MDA Nº 31, DE 2 DE JULHO DE 2024. Institui o Selo Integração Sustentável da Agricultura Familiar - SEISAF e dispõe sobre os procedimentos relativos à solicitação, renovação e cancelamento do selo, e dá outras providências.

20 ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS

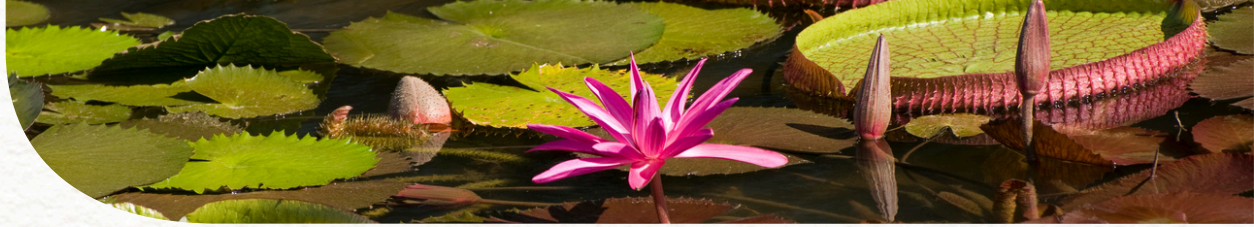




MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

FONTE: HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR

NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 10.588, DE 19 DE JUNHO DE 2024. Dispõe sobre a destinação da matéria-prima florestal, proveniente da supressão de vegetação, em área de domínio público e privado sob jurisdição do Estado, autorizada pelo órgão ambiental competente, no âmbito do processo de licenciamento ambiental de obras de utilidade pública de infraestrutura e de mineração; altera a Lei Estadual nº 5.752, de 26 de julho de 1993; e revoga a Lei Estadual nº 6.958, de 3 de abril de 2007.

LEI Nº 10.595, DE 20 DE JUNHO DE 2024. Altera a Lei Estadual nº 10.165, de 20 de novembro de 2023, que cria a Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), altera a Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, altera a Lei nº 9.771, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a institucionalização da política pública Territórios pela Paz (TerPaz), no âmbito do Estado do Pará e revoga a Lei Estadual nº 9.045, de 29 de abril de 2020, que cria a Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (SEAC); e altera a Lei Estadual nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

LEI Nº 10.600, DE 21 DE JUNHO DE 2024. Institui, no âmbito do Estado do Pará, a Semana Estadual do Alimento Orgânico e Agroecológico.

LEI Nº 10.619, DE 24 DE JUNHO DE 2024. Altera a Lei Estadual nº 9.880, de 27 de março de 2023, que dispõe sobre as atribuições dos cargos de Consultor Jurídico do Estado e de Procurador Autárquico e Fundacional do Estado do Pará; e revoga as Leis Estaduais nºs 6.872 e 6.873, ambas de 28 de junho de 2006.

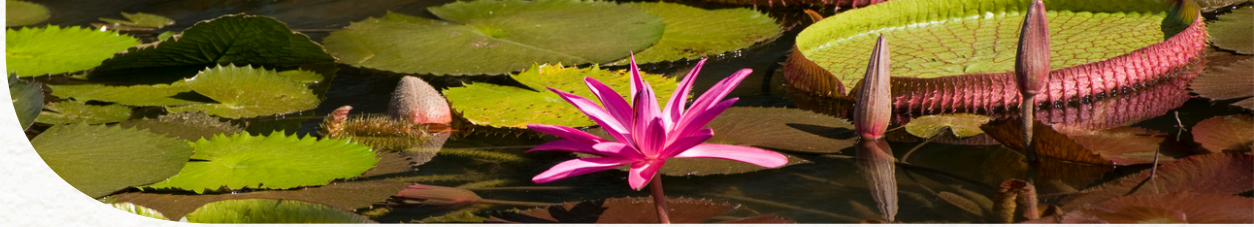
DECRETO Nº 4.008, DE 25 DE JUNHO DE 2024. Homologa o Decreto nº 024/2024/PMGP, de 02 de maio de 2024, editado pelo Prefeito Municipal de Goianésia do Pará, que declara "situação de emergência", em virtude de chuvas intensas nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 4.009, DE 25 DE JUNHO DE 2024. Homologa o Decreto nº 066 de 22 de maio de 2024, editado pelo Prefeito Municipal de Belterra, que declara "situação de emergência", em virtude de chuvas intensas nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 4.025, DE 1º DE JULHO DE 2024. Dispõe sobre medidas de racionalização a execução da despesa orçamentária no âmbito da Administração Pública estadual.

DECRETO Nº 4.028, DE 2 DE JULHO DE 2024. Estabelece procedimentos e critérios para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Estado do Pará e para a homologação das situações de anormalidade decretadas pelos municípios localizados em seu território.

NORMAS ESTADUAIS



RESOLUÇÃO Nº 02, DE 14 DE JUNHO DE 2024. Aprova o Regimento Interno da Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE).

PORTARIA SEMAS Nº 1288, DE 14 JUNHO DE 2024. Institui a Comissão Gestora do Processo Seletivo Simplificado (PSS) 02/2024, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

PORTARIA Nº 1342 DE 18 DE JUNHO DE 2024. Cria Grupo de Trabalho, com o objetivo de revisar o fluxo de análise do processo administrativo infracional, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

PORTARIA SEMAS Nº 1.413, 24 DE JUNHO DE 2024. Homologa o Acordo de Pesca firmado pelas comunidades da região de Arapixuna, localizadas no município de Santarém, no estado do Pará.

OUTRAS MATÉRIAS. EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2024 - SEMAS. Torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS.

13 ATOS NORMATIVOS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS

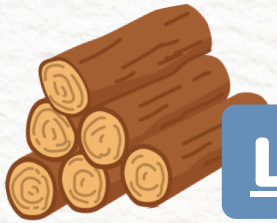


Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



PRODUÇÕES DO NEL

PORTAL LEGISLATIVO DA SEMAS



NORMA EM DESTAQUE

LEI Nº 10.588, DE 19 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre a destinação da matéria-prima florestal, proveniente da supressão de vegetação, em área de domínio público e privado sob jurisdição do Estado, autorizada pelo órgão ambiental competente, no âmbito do processo de licenciamento ambiental de obras de utilidade pública de infraestrutura e de mineração; altera a Lei Estadual nº 5.752, de 26 de julho de 1993; e revoga a Lei Estadual nº 6.958, de 3 de abril de 2007.

Para fins desta Lei, destacam-se os seguintes conceitos:

- I - comunidades diretamente afetadas;
- II - florestas públicas;
- III - matéria-prima florestal;
- IV - órgão ambiental competente;
- V - órgão gestor de florestas públicas;
- VI - resíduo florestal; e
- VII - supressão de vegetação.

Art. 3º O potencial madeireiro, com base no inventário florestal amostral, existente na área objeto da supressão de vegetação, deverá compor o processo de licenciamento ambiental, dentre outras exigências previstas em regulamentos.

Art. 4º A supressão de vegetação autorizada, em áreas de florestas de domínio público estadual, deverá ser indenizada pelo empreendedor ao órgão gestor de florestas públicas, com base em estudo de valoração.

A destinação da matéria-prima florestal é prevista nas seguintes situações:

Doação pelo setor privado e alienação pelo órgão público.



Caso a matéria-prima florestal for oriunda de espécies protegidas por lei, a doação somente será para fins sociais, nos termos desta Lei e regulamentos.

Os recursos resultantes do leilão da matéria-prima florestal deverão ser revestidos no mínimo:

I - 70% (setenta por cento) à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS); e

II - 30% (trinta por cento) aos Fundos de Meio Ambiente dos Municípios

A Lei Estadual nº 6.958, de 3 de abril de 2007, fica revogada.

Para acessar a norma na íntegra, clique aqui!



NORMA EM DESTAQUE

PORTARIA SEMAS Nº 1413, DE 24 DE JUNHO DE 2024

Homologa o Acordo de Pesca firmado pelas comunidades da região de Arapixuna, localizadas no município de Santarém, no estado do Pará.

O ACORDO DE PESCA É FIRMADO PELOS PESCADORES E PESCADORAS DAS COMUNIDADES:

Alto Jari, Amari, Aninduba, Vila de Arapixuna, Carariacá, Centro do Marimarituba, Costa do Marimarituba, Cuipiranga, Dourado, Guajará, Igarapé-Açú, Jari do Socorro, Lago Central, Laranjal, Maicá, Marajó, Membeca, Moacá, Nova Sociedade, Patacho, Pau Mulato, Piauí, Picãe, Pinduri, São José, Tucumatuba, Urucureá e Vila Amazonas, inseridas no município de Santarém - PA, e aplica-se a qualquer pessoa, física ou jurídica, que exerça a atividade de pesca na área de abrangência deste ordenamento pesqueiro.

O objetivo deste Acordo de Pesca é a conservação, preservação e a manutenção dos estoques de pescado, do meio ambiente e a qualidade de vida das comunidades da região.

DA FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

A fiscalização da atividade pesqueira no Acordo de Pesca é feita pelos órgãos públicos em parceria com Agentes Ambientais Comunitários. Os agentes são treinados e credenciados para fiscalização voluntária, sem porte de armas. Além disso, o controle do cumprimento do Acordo é feito pela comunidade, agentes ambientais, Conselho Regional de Pesca, Termos de Cooperação Técnica e parcerias institucionais.

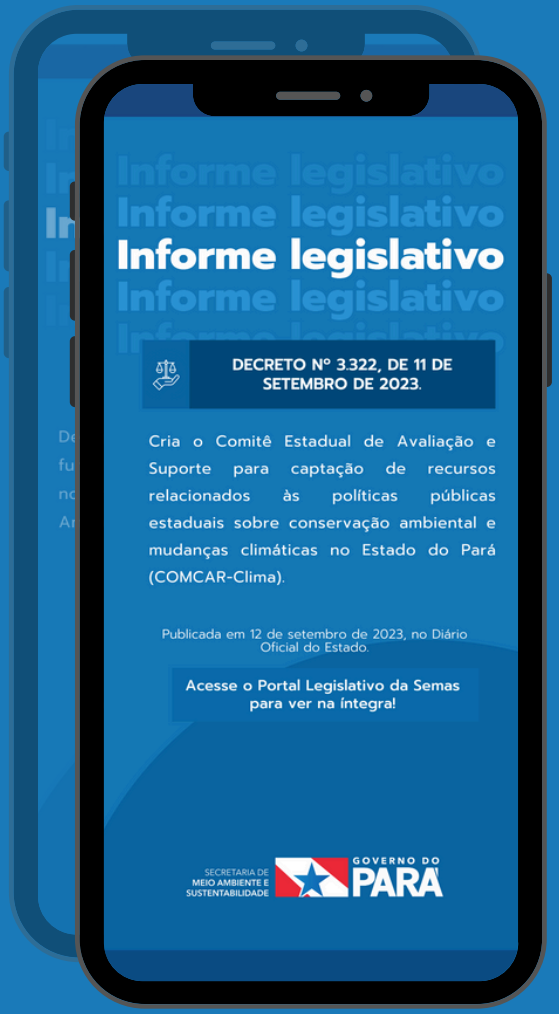
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Para efeitos do Acordo de Pesca, infração é qualquer conduta que vá contra as regras de pesca e leis ambientais. O não cumprimento sujeita os infratores a penalidades da Lei Federal nº 9.605/1998 e outras legislações aplicáveis.

Para acessar a norma na íntegra, clique aqui!

INFORME LEGISLATIVO

Normas editadas pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS e publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará.



LEI Nº 10.588, DE 19 DE JUNHO DE 2024

Dispõe sobre a destinação da matéria-prima florestal, proveniente da supressão de vegetação, em área de domínio público e privado sob jurisdição do Estado, autorizada pelo órgão ambiental competente, no âmbito do processo de licenciamento ambiental de obras de utilidade pública de infraestrutura e de mineração; altera a Lei Estadual nº 5.752, de 26 de julho de 1993; e revoga a Lei Estadual nº 6.958, de 3 de abril de 2007.

PORTARIA Nº 1.342, DE 18 DE JUNHO DE 2024.

Cria Grupo de Trabalho, com o objetivo de revisar o fluxo de análise do processo administrativo infracional, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

PORTARIA SEMAS Nº 1413, DE 24 DE JUNHO DE 2024

Homologa o Acordo de Pesca firmado pelas comunidades da região de Arapixuna, localizadas no município de Santarém, no estado do Pará.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.



INSCREVA-SE AQUI!

I° SIMPOPEA - I° SIMPÓSIO REGIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Sustentabilidade e Novas Tecnologias: O atual modelo de desenvolvimento

O 1° SIMPOPEA objetiva reunir coordenadores e pesquisadores de Grupos de Pesquisas em Educação Ambiental na Amazônia, como também a comunidade acadêmica de qualquer área do conhecimento que tenha interesse nas discussões sobre como trabalhar a Educação Ambiental na formação de cidadãos sustentáveis, por meio da introjeção de novas competências, habilidades, hábitos, atitudes e comportamentos direcionados à preservação e conservação do meio ambiente.

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.



INSCREVA-SE AQUI!

XIII PRÊMIO SOF

XIII Prêmio SOF tem como principal propósito o de expandir as fronteiras de conhecimento, promovendo a inovação em temas orçamentários.

O XIII Prêmio SOF premiará os melhores trabalhos nas categorias "Artigos" e "Soluções em dados orçamentários".

A categoria "Artigos" tem como objetivo estimular a produção científica na área de orçamento público, com base nos temas propostos neste regulamento, reconhecendo os trabalhos de maior qualidade.

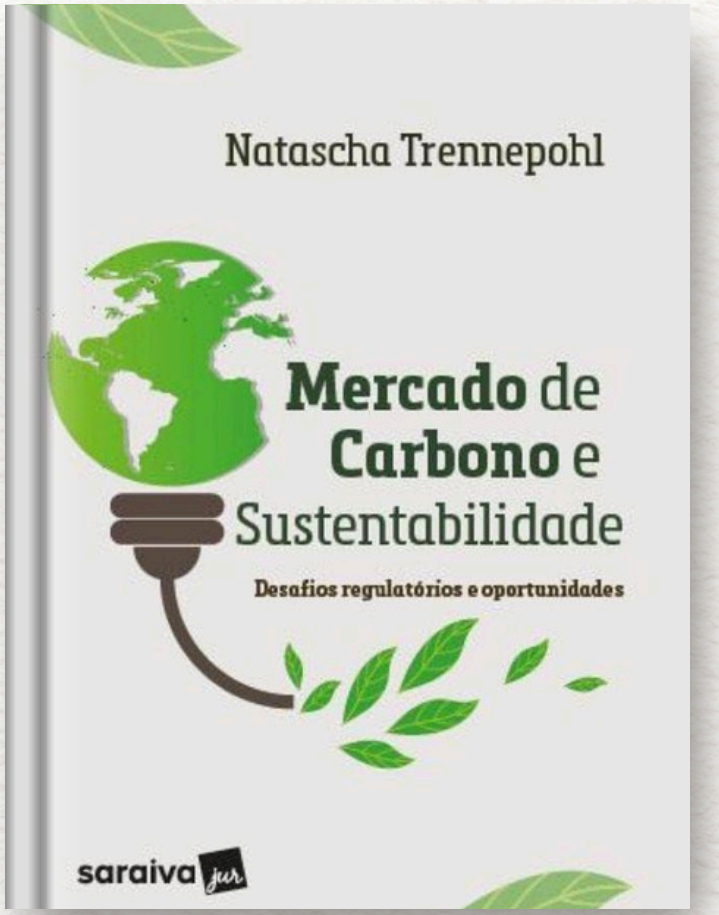
A categoria "Soluções em dados orçamentários" tem como objetivo identificar alternativas criativas, inovadoras e viáveis para ampliar a transparência e a acessibilidade aos dados e informações produzidos na gestão do processo orçamentário.

Mais informações sobre o prêmio encontram-se disponíveis no link abaixo:

EDITAL XIII PRÊMIO SOF

ESTANTE VIRTUAL

Confira as indicações de livros, documentários, e-books, de interesse dos servidores da SEMAS e da sociedade em geral.



MERCADO DE CARBONO E SUSTENTABILIDADE

Desafios regulatórios e oportunidades

Este livro aborda os principais elementos de um sistema de comércio de emissões usando o mercado europeu (EU ETS) como principal referência, para explorar como o Brasil pode regulamentar e implementar um mercado de carbono para auxiliar na redução de emissões de gases de efeito estufa. As complexidades e os desafios para a estruturação de um marco regulatório que crie oportunidades, ao invés de entraves, são muitas e precisam ser consideradas para garantir segurança jurídica e eficácia do sistema.

Autora: Natascha Trennepohl

CONFIRA AQUI!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SEMAS NA MÍDIA

Confira as principais notícias e destaques da atuação da SEMAS.

Centro de Inovação em Bioeconomia receberá startups e negócios comunitários da Amazônia

Em Brasília, titular da Semas destacou avanços nas obras do Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia e na construção do sistema jurisdicional de REDD+

Em sua participação no Simpósio do 20º aniversário da Tanguro – Ciências Políticas para o Futuro da Agricultura Sustentável, em Brasília (DF), na última quarta-feira (12), o titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Mauro O'de Almeida, destacou os avanços na implementação de projetos estruturantes e políticas públicas capitaneadas pela Semas, como o Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia, que tem como um dos pilares o Centro de Inovação em Bioeconomia. As obras do Parque avançam no complexo Porto Futuro 2, ao lado da Estação das Docas, paralelamente ao andamento do sistema jurisdicional de REDD+ do Pará.

"Estamos avançando tanto nas ações previstas no Plano Estadual de Bioeconomia, que tem o Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia como o grande projeto estruturante para a COP 30, quanto em outras áreas que levam o Pará ao planejado estado carbono neutro, como é o caso da estruturação do sistema jurisdicional de REDD+, que está passando por um processo de co-construção com os povos da floresta", destacou o secretário, durante o evento.

O evento na capital federal, que também contou com a participação do governador do Pará, Helder Barbalho, reuniu pesquisadores, lideranças políticas, instituições filantrópicas, investidores e empresários para a discussão de ações transformadoras para o meio ambiente e a sociedade.



Fonte: ASCOM/SEMAS

Clique aqui e confira a matéria na íntegra!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

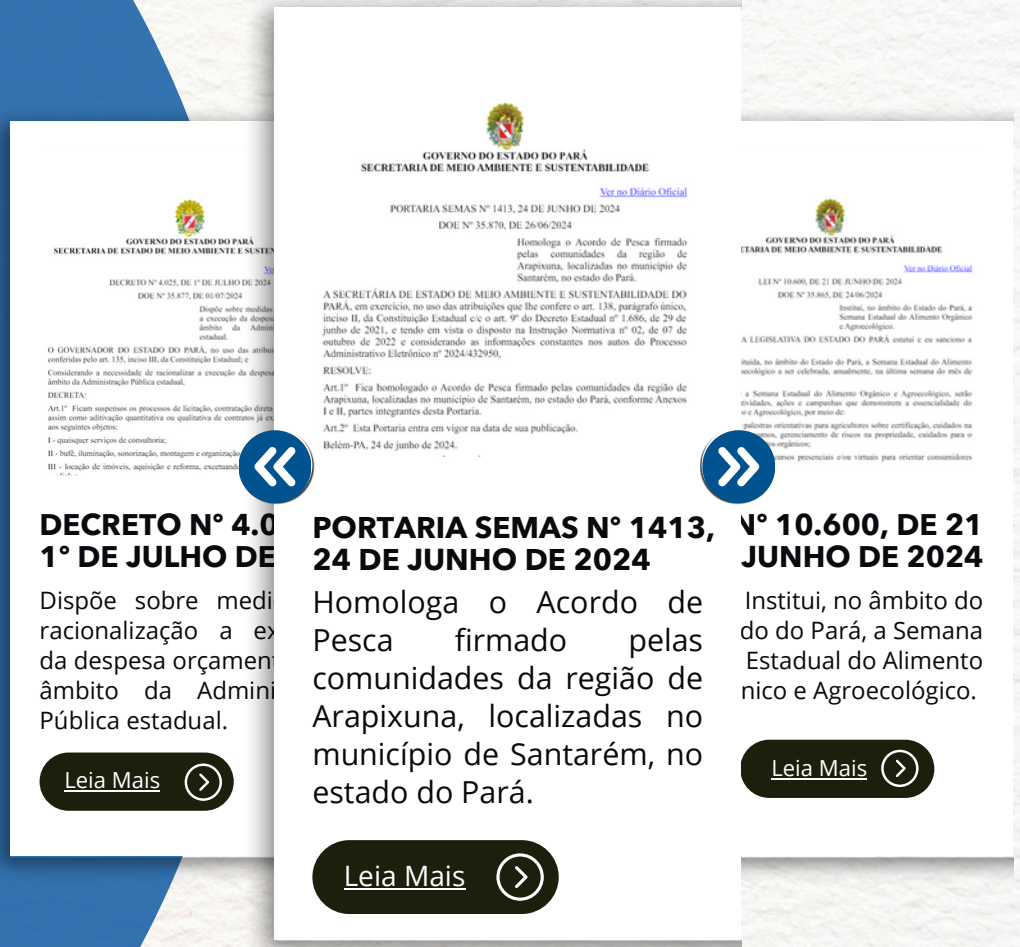
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

PORTAL LEGISLATIVO

da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS

CLIQUE AQUI E CONHEÇA

Pesquisar...



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO PARÁ

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br